



By @kakashi_copiador

Aula 02 - Profº
Alexandre Violato
*CNU - Passo Estratégico de Finanças
Públicas - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
**Alexandre Violato Peyerl,
Leonardo Gadelha, Celso Natale**

20 de Janeiro de 2024

Índice

1) Simulado	3
2) Simulado - Gabarito	8
3) Simulado - Questões Comentadas	9



CORREÇÃO SIMULADO

1) O Plano Plurianual (PPA) da União tem vigência de:

- a) 4 anos, coincidente com o mandato do Presidente da República.
- b) 4 anos, iniciando no último ano do mandato do Presidente da República e terminado no 3º ano do mandato seguinte.
- c) 4 anos, iniciando no segundo ano do mandato do Presidente da República e terminando no primeiro ano do mandato seguinte.
- d) 1 ano.
- e) 8 anos, tendo o início coincidindo com o início de mandato de Presidente da República.

2) Somente podem ser iniciados após prévia inclusão no plano plurianual os investimentos cuja execução ultrapasse:

- a) Um exercício financeiro.
- b) Dois exercícios financeiros.
- c) 20% da Receita Corrente Líquida.
- d) A dotação orçamentária para o exercício.
- e) A receita tributária arrecadada.

3) O conjunto ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários visando à concretização do objetivo são classificados no Plano Plurianual como:

- a) Programas de Gestão.
- b) Programas Finalísticos.
- c) Investimentos Plurianuais Prioritários.
- d) Programas Prioritários.
- e) Programas de Ação.



4) As diretrizes da política fiscal e respectivas metas serão estabelecidas pelo(a):

- a) Plano Plurianual.
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Lei Orçamentária Anual.
- d) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) Lei de Política Fiscal.

5) As diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada serão estabelecidas pela lei que instituir:

- a) O Plano Plurianual.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) A Lei Orçamentária Anual.
- d) O Anexo de Metas Fiscais.
- e) O Programa de Aceleração do Crescimento.

6) Nos termos da Constituição Federal, não se trata de uma atribuição da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- a) Compreender as metas e prioridades da administração pública federal.
- b) Estabelecer as diretrizes da política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- c) Orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
- d) Autorizar alterações na legislação tributária.
- e) Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.



7) Assinale a alternativa incorreta a respeito do que Lei de Responsabilidade Fiscal determina sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- a) Deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) Deve dispor sobre os critérios e forma de limitação de empenho.
- c) Deve dispor sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- d) Deve dispor sobre as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- e) Deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

8) A Lei Orçamentária Anual comprehende os orçamentos:

- a) Fiscal, monetário e de investimentos.
- b) Fiscal, de investimentos e de saúde.
- c) Fiscal, de investimentos das empresas estatais e da seguridade social.
- d) De receitas, de despesas e de investimentos.
- e) Fiscal, monetário e das estatais.

9) Os orçamentos compreendidos pela Lei Orçamentária Anual que terão entre as suas funções a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, são:

- a) O fiscal e o de investimento das estatais.
- b) O fiscal e o de seguridade social.
- c) O fiscal e o de saúde.
- d) O de investimento e o da seguridade social.
- e) O fiscal e o das estatais.

10) A proposta orçamentária do Poder Judiciário:

- a) Será elaborada e encaminhada pelo Poder Executivo.
- b) Será elaborada e encaminhada pelo Poder Judiciário, que possui um orçamento próprio, independente do executado pelo Poder Executivo.



- c) Será elaborada pelo Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, integrando o projeto encaminhado pelo Poder Executivo para aprovação do Poder Legislativo.
- d) Será elaborada pelo Poder Legislativo, dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, integrando o projeto encaminhado pelo Poder Executivo.
- e) Será elaborada pelo Poder Judiciário, integrando o projeto encaminhado pelo Poder Executivo para aprovação do Poder Legislativo, não estando sujeito a limitações pelos demais Poderes, em razão de sua autonomia.

11) Caso o Poder Executivo não encaminhe a proposta orçamentária no prazo fixado:

- a) O Poder Legislativo será responsável por elaborar o orçamento.
- b) O Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- c) O Supremo Tribunal Federal definirá a proposta orçamentária.
- d) A execução financeira e orçamentária ocorrerá sem orçamento.
- e) A execução financeira e orçamentária ficará bloqueada, até que ocorra o encaminhamento e aprovação da Lei de Orçamento.

12) São características do orçamento tradicional, exceto:

- a) O orçamento consiste basicamente em uma lei que prevê receitas e autoriza despesas.
- b) Enfatiza o gasto público e os aspectos contábeis.
- c) Tem entre suas principais finalidades ser um instrumento de controle do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo.
- d) O aspecto jurídico do orçamento tem mais relevância do que o econômico.
- e) A alocação dos recursos é feita com o objetivo de atingir objetivos e metas.

13) A técnica orçamentária que apresenta os objetivos para os quais as despesas se fazem necessárias, os custos dos programas propostos e as métricas que mostram o trabalho realizado, contudo, não possui vinculação com o planejamento, é o:

- a) Orçamento tradicional.
- b) Orçamento clássico.
- c) Orçamento por desempenho.
- d) Orçamento-Programa.



e) Orçamento Participativo.

14) A respeito do Orçamento-Programa, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ainda que esteja previsto na Lei nº 4.320/64, entrou efetivamente em funcionamento no Brasil na década de 90.
- b) É caracterizado pela ligação entre planejamento e orçamento.
- c) Ao avaliar os custos dos programas, considera não apenas os previstos para o exercício, mas também os previstos para os exercícios seguintes.
- d) Para cada exercício, é feito integralmente o orçamento, sendo cada despesa considerada uma despesa nova que deve ser justificada, mesmo que tenha caráter continuado.
- e) Tem entre suas principais origens de aplicação o Planning Programming Budgeting System nos EUA no fim da década de 1950.

15) Quando o Estado presta serviços diretamente à população, como saúde e educação, ele está exercendo qual função clássica do orçamento?

- a) Função alocativa.
- b) Função distributiva.
- c) Função estabilizadora.
- d) Função assistencial.
- e) Função pública.



GABARITO



- | | |
|------|-------|
| 1. C | 9. A |
| 2. A | 10. C |
| 3. B | 11. B |
| 4. B | 12. E |
| 5. A | 13. C |
| 6. D | 14. D |
| 7. E | 15. A |
| 8. C | |



CORREÇÃO SIMULADO

1) O Plano Plurianual (PPA) da União tem vigência de:

- a) 4 anos, coincidente com o mandato do Presidente da República.
- b) 4 anos, iniciando no último ano do mandato do Presidente da República e terminado no 3º ano do mandato seguinte.
- c) 4 anos, iniciando no segundo ano do mandato do Presidente da República e terminando no primeiro ano do mandato seguinte.
- d) 1 ano.
- e) 8 anos, tendo o início coincidindo com o início de mandato de Presidente da República.

Comentários:

O PPA tem vigência de 4 anos, iniciando no 2º ano do mandato do Presidente da República e terminando no 1º ano do mandato seguinte. O atual, por exemplo, tem vigência de 2020 a 2023. Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

2) Somente podem ser iniciados após prévia inclusão no plano plurianual os investimentos cuja execução ultrapasse:

- a) Um exercício financeiro.
- b) Dois exercícios financeiros.
- c) 20% da Receita Corrente Líquida.
- d) A dotação orçamentária para o exercício.
- e) A receita tributária arrecadada.

Comentários:

A restrição está relacionada ao tempo de execução:

Art. 167 § 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse **um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Gabarito: A



3) O conjunto ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários visando à concretização do objetivo são classificados no Plano Plurianual como:

- a) Programas de Gestão.
- b) Programas Finalísticos.
- c) Investimentos Plurianuais Prioritários.
- d) Programas Prioritários.
- e) Programas de Ação.

Comentários:

O PPA federal para os exercícios de 2020 a 2023 é dividido da seguinte forma:

- **Programas Finalísticos:** conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários visando à concretização do objetivo.
- **Programas de Gestão:** retratam as despesas com a manutenção dos órgãos de cada Poder, incluindo despesas com pessoal, benefícios a servidores, despesas administrativas como material de consumo, energia, abastecimento de água, aluguéis, entre outras que não são passíveis de serem alocadas em programas finalísticos.

O enunciado traz o conceito dos programas finalísticos, portanto, a alternativa B é o gabarito da questão.

Gabarito: B

4) As diretrizes da política fiscal e respectivas metas serão estabelecidas pelo(a):

- a) Plano Plurianual.
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Lei Orçamentária Anual.
- d) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) Lei de Política Fiscal.

Comentários:

De acordo com a Constituição Federal:

Art. 165. § 2º A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, **estabelecerá as diretrizes de política**



fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Gabarito: B

5) As diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada serão estabelecidas pela lei que instituir:

- a) O Plano Plurianual.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) A Lei Orçamentária Anual.
- d) O Anexo de Metas Fiscais.
- e) O Programa de Aceleração do Crescimento.

Comentários:

Vejamos os que diz a Constituição Federal:

Art. 165 § 1º A lei que instituir o **plano plurianual** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Portanto, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: A

6) Nos termos da Constituição Federal, não se trata de uma atribuição da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- a) Compreender as metas e prioridades da administração pública federal.
- b) Estabelecer as diretrizes da política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- c) Orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
- d) Autorizar alterações na legislação tributária.
- e) Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Comentários:

Primeiramente, vejamos o que diz a Constituição Federal:



Art. 165. § 2º A **lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, **disporá sobre as alterações na legislação tributária** e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Podemos perceber que a alternativa correta é a letra D, pois a LDO apenas dispõe sobre as alterações na legislação tributária, não sendo instrumento destinado a autorizar ou desautorizar as alterações.

Gabarito: D

7) Assinale a alternativa incorreta a respeito do que Lei de Responsabilidade Fiscal determina sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- a) Deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) Deve dispor sobre os critérios e forma de limitação de empenho.
- c) Deve dispor sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- d) Deve dispor sobre as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- e) Deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Comentários:

Vamos para a leitura do art. 4º da LRF:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- c) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- d) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;



Chegamos então à letra E como gabarito da questão, tendo em vista que a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, são estabelecidos pelo Poder Executivo até 30 dias após a publicação dos orçamentos, sendo que os critérios para tanto devem estar dispostos na LDO.

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o **Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.**

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Gabarito: E

8) A Lei Orçamentária Anual compreende os orçamentos:

- a) Fiscal, monetário e de investimentos.
- b) Fiscal, de investimentos e de saúde.
- c) Fiscal, de investimentos das empresas estatais e da seguridade social.
- d) De receitas, de despesas e de investimentos.
- e) Fiscal, monetário e das estatais.

Comentários:

A LOA compreende os orçamentos fiscal, de investimento das estatais e da seguridade social, conforme afirma a alternativa C. Complementando com o texto da Constituição:

Art. 165 § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Gabarito: C



9) Os orçamentos compreendidos pela Lei Orçamentária Anual que terão entre as suas funções a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, são:

- a) O fiscal e o de investimento das estatais.
- b) O fiscal e o de seguridade social.
- c) O fiscal e o de saúde.
- d) O de investimento e o da seguridade social.
- e) O fiscal e o das estatais.

Comentários:

De acordo com a Constituição Federal:

Art. 165 § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o **orçamento fiscal** referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o **orçamento de investimento das empresas** em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 7º Os orçamentos previstos no **§ 5º, I e II**, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, **terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.**

Portanto, a alternativa correta é a letra A, pois são o orçamento fiscal e o de investimento das estatais que têm entre as suas funções reduzir as desigualdades inter-regionais segundo critério populacional.

Gabarito: A

10) A proposta orçamentária do Poder Judiciário:

- a) Será elaborada e encaminhada pelo Poder Executivo.
- b) Será elaborada e encaminhada pelo Poder Judiciário, que possui um orçamento próprio, independente do executado pelo Poder Executivo.
- c) Será elaborada pelo Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, integrando o projeto encaminhado pelo Poder Executivo para aprovação do Poder Legislativo.



d) Será elaborada pelo Poder Legislativo, dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, integrando o projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

e) Será elaborada pelo Poder Judiciário, integrando o projeto encaminhado pelo Poder Executivo para aprovação do Poder Legislativo, não estando sujeito a limitações pelos demais Poderes, em razão de sua autonomia.

Comentários:

O encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo é competência do chefe do Poder Executivo, além de o orçamento ser um só para todo o ente federativo, motivo pelo qual já podemos eliminar as alternativas B e D.

Para chegar ao gabarito, vejamos o que diz o artigo 99 da Constituição Federal:

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§ 1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

Portanto, a proposta do Poder Judiciário integra a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, contudo, há autonomia para a elaboração da proposta, dentro dos limites estabelecidos pela LDO, sendo a alternativa C o gabarito da questão. O mesmo raciocínio se aplica ao Poder Legislativo, ao Ministério Público ao Tribunal de Contas.

Gabarito: C

11) Caso o Poder Executivo não encaminhe a proposta orçamentária no prazo fixado:

- a) O Poder Legislativo será responsável por elaborar o orçamento.
- b) O Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- c) O Supremo Tribunal Federal definirá a proposta orçamentária.
- d) A execução financeira e orçamentária ocorrerá sem orçamento.
- e) A execução financeira e orçamentária ficará bloqueada, até que ocorra o encaminhamento e aprovação da Lei de Orçamento.

Comentários:

Nos termos da Lei nº 4.320/64:



Art. 32. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o **Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.**

Portanto, a alternativa correta é a letra B. Na prática, como várias das despesas programadas para o exercício não são replicadas para os seguintes, o orçamento passaria a ser em boa parte executado por meio de créditos adicionais e alterações orçamentárias.

Gabarito: B

12) São características do orçamento tradicional, exceto:

- a) O orçamento consiste basicamente em uma lei que prevê receitas e autoriza despesas.
- b) Enfatiza o gasto público e os aspectos contábeis.
- c) Tem entre suas principais finalidades ser um instrumento de controle do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo.
- d) O aspecto jurídico do orçamento tem mais relevância do que o econômico.
- e) A alocação dos recursos é feita com o objetivo de atingir objetivos e metas.

Comentários:

As alternativas A a D trazem características do orçamento tradicional, enquanto a alternativa E traz uma característica do orçamento programa e, portanto, é o gabarito da questão.

Gabarito: E

13) A técnica orçamentária que apresenta os objetivos para os quais as despesas se fazem necessárias, os custos dos programas propostos e as métricas que mostram o trabalho realizado, contudo, não possui vinculação com o planejamento, é o:

- a) Orçamento tradicional.
- b) Orçamento clássico.
- c) Orçamento por desempenho.
- d) Orçamento-Programa.
- e) Orçamento Participativo.

Comentários:

O enunciado traz a definição do orçamento por desempenho, também chamado de orçamento funcional, sendo a letra C o gabarito da questão.

Gabarito: C

14) A respeito do Orçamento-Programa, assinale a alternativa incorreta:



- a) Ainda que esteja previsto na Lei nº 4.320/64, entrou efetivamente em funcionamento no Brasil na década de 90.
- b) É caracterizado pela ligação entre planejamento e orçamento.
- c) Ao avaliar os custos dos programas, considera não apenas os previstos para o exercício, mas também os previstos para os exercícios seguintes.
- d) Para cada exercício, é refeito integralmente o orçamento, sendo cada despesa considerada uma despesa nova que deve ser justificada, mesmo que tenha caráter continuado.
- e) Tem entre suas principais origens de aplicação o Planning Programming Budgeting System nos EUA no fim da década de 1950.

Comentários:

A alternativa incorreta é a letra D, a qual traz característica do Orçamento Base-Zero. As demais trazem características do Orçamento-Programa. Sobre a alternativa A, ainda que o Orçamento-Programa já estivesse previsto na Lei nº 4.320/64, a doutrina majoritária entende que ele efetivamente entrou em funcionamento no Brasil com a edição do Decreto nº 2.829/98.

Gabarito: D

15) Quando o Estado presta serviços diretamente à população, como saúde e educação, ele está exercendo qual função clássica do orçamento?

- a) Função alocativa.
- b) Função distributiva.
- c) Função estabilizadora.
- d) Função assistencial.
- e) Função pública.

Comentários:

As três funções clássicas do orçamento são: alocativa, distributiva e estabilizadora. Quando o Estado oferece serviços à população, ele está exercendo a função alocativa, sendo a letra A o gabarito da questão.

A função distributiva ocorre quando tenta ajustar a distribuição de renda, por meio de subsídios e auxílios, por exemplo.

A função estabilizadora é realizada quando o estado busca manter a estabilidade econômica.

Gabarito: A



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.